

Caxias no Prata: da Guerra da Cisplatina à da Tríplice Aliança

Francisco Fernando Monteoliva Doratioto*

Resumo: Texto de palestra do autor, em 29 de julho de 2003, no auditório do IGHMB, desenvolve, em resumo bem elaborado, as ações do Duque de Caxias na guerra, nos limites estabelecidos no título.

Palavras-chave: Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias.

CAXIAS E A CONSOLIDAÇÃO DO IMPÉRIO NO PRATA

O Rio da Prata constituiu-se em área estratégica para o Império do Brasil, quer por nessa região haver ameaça potencial à sua integridade territorial, quer por ser contraponto republicano, quando, até meados da década de 1840, o Estado monárquico enfrentou movimentos separatistas que adotavam a república como paradigma político. Essa importância está demonstrada em acontecimentos históricos impactantes como a Guerra da Cisplatina (1825-1828), o envolvimento do Governo

imperial na queda de Oribe, no Uruguai (1851), e de Rosas, na Argentina (1852), além da própria Guerra do Paraguai.

Esses conflitos fazem parte da própria construção e fortalecimento do Estado monárquico brasileiro e delas participou Luiz Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias. Sua carreira militar se confunde com a própria trajetória do Império do Brasil. Na independência lutou contra as tropas portuguesas na Bahia; na consolidação do Estado monárquico combateu as rebeliões provinciais e, no esforço para manter a integridade territorial brasileira, participou das guerras no Prata. Ao partir para a Bahia, em 1823, Caxias era tenente; ao comandar o Exército brasileiro na Guerra do Paraguai atingira o posto mais alto da Força, o de marechal. Retornando ao Rio de Janeiro,

* Professor no Curso de Relações Internacionais na Universidade Católica de Brasília e no Mestrado em Diplomacia do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores. É autor do livro *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai* (Companhia das Letras), a partir do qual este artigo foi parcialmente elaborado.

em 1869, recebeu o título de duque e presidiu o Ministério entre 1875 e 1877. Quando faleceu, em 1880, simbolicamente também se debilitava o Estado monárquico.

Para ambos, a Monarquia brasileira e Caxias, o Rio da Prata era motivo de cautela, objeto de preocupações. Estas se tornam inteligíveis se analisadas as origens e a evolução da política brasileira nessa região. No período colonial, a metrópole portuguesa planejou instalar-se no Rio da Prata. Para tanto, fundou, em 1680, a Colônia do Sacramento, para se contrapor à presença espanhola na margem ocidental do Prata, representada pela cidade de Buenos Aires. Sacramento, após longo período de disputas militares e diplomáticas entre Portugal e Espanha, acabou por ficar em posse da Coroa espanhola. Desse modo, grande parte da margem oriental do Rio Uruguai passou a fazer parte do Vice-Reino do Rio da Prata, sendo conhecida como Banda Oriental.

Refugiado no Brasil após a invasão francesa de Portugal, o Príncipe Regente D. João ordenou a ocupação de Montevidéu em 1817. Quatro anos depois, a Banda Oriental foi anexada ao Império luso-brasileiro com a designação de Província Cisplatina, tornando-se, após 1822, parte do Império do Brasil. Em 1825, 33 orientais iniciaram movimento armado contra o domínio brasileiro e o Congresso de Buenos Aires proclamou a incorporação da Banda Oriental ao território das Províncias Unidas do Rio da Prata. A resposta do Imperador Pedro I foi a declaração de guerra a Buenos Aires e o bloqueio naval dos portos argentinos. Iniciou-se, em 1825, a Guerra da Cisplatina e em todo o conflito, que se estendeu por três anos, par-

ticipou o Capitão Luiz Alves de Lima e Silva. Ao retornar ao Rio de Janeiro, em 1828, foi promovido a major.

O território oriental não coube, afinal, a nenhum dos dois contendores, ficando independente graças à ação da Grã-Bretanha. A interferência britânica levou os governos brasileiro e argentino a assinarem, em 1828, o Tratado Preliminar de Paz. Por esse documento, a Banda Oriental tornou-se um país soberano, a República Oriental do Uruguai, com o Brasil e a Argentina assumindo o compromisso de defenderem a independência e a integridade do novo Estado. A interferência de Londres nessa questão deveu-se aos grandes interesses comerciais britânicos na região, os quais necessitavam de paz para prosperarem. Ao mesmo tempo, não convinha a Londres uma ampliação territorial, quer do Brasil, quer da Argentina, pois um desses países, em se tornando poderoso e incorporando a Banda Oriental, controlaria a navegação dos rios platinos, podendo, eventualmente, criar obstáculos às atividades do comércio europeu na área. Era conveniente à Grã-Bretanha a existência, nessa região, de um pequeno país, dependente da sua proteção, com um bom porto, como o de Montevidéu.

Após a abdicação de Pedro I, em 1831, o Império imergiu em lutas internas, o que o levou a retrair-se em relação aos acontecimentos do Rio da Prata. De todas as revoltas do período regencial, talvez a que se apresentou como o maior desafio à construção do Estado nacional centralizado tenha sido a da Farroupilha. Iniciada em setembro de 1835, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, três anos de-

pois, em 1838, era proclamada a República Riograndense, seguida da República Juliana, em Santa Catarina. O poder central apresentava-se aos farrapos como opressor, por elevar impostos sobre a província e por não apoiar os interesses dos pecuaristas gaúchos contra a importação de charque do Rio da Prata. O bloqueio naval da costa riograndense, imposto pela Marinha imperial, levou os rebeldes a se utilizarem do porto de Montevidéu para suas exportações e recebimento de munições.¹

A articulação da Farroupilha com o exterior era possível porque no Prata existia uma polarização de forças que se digladiavam. No Uruguai havia uma guerra civil, na qual duas facções disputavam o poder: os *colorados*, ligados aos comerciantes e às potências européias, aceitando as idéias liberais, contra os *blancos*, compostos principalmente de proprietários rurais, herdeiros da tradição autoritária espanhola, que se opunham às intervenções européias no país.²

Estava envolvido na luta uruguaia o Governo da Confederação Argentina. Nesta, a principal característica do processo de construção do Estado nacional foi a luta entre *unitários e federais*. Os primeiros, compostos basicamente por comerciantes de Buenos Aires, defendiam um modelo centralizado, sob a hegemonia da capital do antigo Vice-Reino. Tal modelo beneficiaria a cidade pelo monopólio do comércio exterior, que controlaria o porto e a sua alfândega. Já os *federais*, constituídos fundamentalmente pelas oligarquias regionais, eram

favoráveis ao Estado descentralizado, com o qual, por meio de um pseudo federalismo, pudessem dar continuidade a seu poder local.³

Em 1829, assumiu o poder na Província de Buenos Aires, numa vitória federalista, Juan Manuel de Rosas, rico estancieiro. Dois anos depois, ele organizou a Confederação Argentina, recebendo das demais províncias a delegação formal para representá-las externamente, tornando-se, na prática, o seu governante. Líder dos produtores de charque para exportação de Buenos Aires, Rosas cooptou o apoio de comerciantes e financistas portenhos, monopolizadores do tráfico interno e externo de mercadorias. Fechou o Rio Paraná à navegação de barcos mercantes estrangeiros, concentrando todo contato com o exterior no porto de Buenos Aires. Assim, sob a aparência de uma Confederação, foi estabelecido um poder centralizado, favorecendo a hegemonia portenha sobre o país. As agressões militares da França e da Grã-Bretanha, visando a conseguir a livre navegação do Rio Paraná e, desse modo, a ter acesso direto ao mercado consumidor argentino do interior, desencadearam um forte nacionalismo na Confederação, fortalecendo Rosas.⁴

A existência desse Estado argentino permitia e, simultaneamente, exigia para sua viabilização, que Rosas interviesse no Uruguai. Sendo o porto de Montevidéu uma possível alternativa ao de Buenos Aires, para o comércio das províncias do litoral fluvial

1 LEITMAN, Spencer. *Raízes Socioeconômicas da Guerra dos Farrapos*, p. 11, 36.

2 BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y Crisis del Uruguay Pastoril y Caudillesco, 1839-1875*, p. 6.

3 KAPLAN, Marcos T. *Formação do Estado Nacional na América Latina*, p. 211-213.

4 BARRÁN, José Pedro, op. cit., p. 16-17.

argentino – Entre Rios, Corrientes, Santa Fé e Córdoba – com outros países, tal ameaça seria afastada com o estabelecimento do “sistema americano”, no qual a capital da Confederação seria o centro que submeteria também o Paraguai e o Uruguai. Assim, houve a intervenção argentina na “Grande Guerra” uruguaia, a qual se estendeu de 1839 a 1851, apoiando a facção *blanca*, liderada por Manuel Oribe, que lutava contra os *colorados* seguidores de Fructuoso Rivera. Este, por sua vez, contava com o apoio das potências européias, o que lhe permitiu resistir cercado na capital oriental pelo inimigo que contava, inclusive, com forças argentinas.⁵

Em 1843, o ditador da Confederação estava ameaçado por uma intervenção anglo-francesa, para obrigá-lo a retirar suas tropas de solo uruguaio, e, ainda, por uma sublevação contra si da província de Corrientes. Rosas propôs, então, uma aliança ao Governo brasileiro, com o objetivo de agir contra Rivera, que se aliara aos rebeldes farroupilhas. A proposta acabou por ser aceita devido à pressão do Parlamento para que se assumisse uma posição frente ao desfecho do conflito oriental, o qual, tudo indicava, seria favorável a Oribe.⁶

Assinado pelo Governo imperial, em março de 1843, no Rio de Janeiro, o tratado foi enviado a Buenos Aires. Surpreendendo a diplomacia imperial, Rosas recusou-se a ratificá-lo. Dispensava a aliança porque o quadro regional se lhe tinha tornado favorável: a ameaça de intervenção

anglo-francesa fora afastada e, internamente, havia vencido seus opositores, enquanto no Uruguai os *blancos* mantinham Montevideú solidamente sitiada.⁷

O Governo imperial optou, então, por uma política de isolamento de Buenos Aires no Rio da Prata. Necessitava, para tanto, contar com a unidade interna brasileira, ou seja, a paz doméstica. Apresentava-se a solução da questão platina, portanto, como uma necessidade e, ao mesmo tempo, como um instrumento na consolidação do Estado nacional brasileiro centralizado. Com a derrota de Rosas e a preponderância do Império nessa região da América do Sul, futuros movimentos rebeldes no Brasil meridional inviabilizar-se-iam ao não contarem com o apoio externo. A hegemonia brasileira passou a ser, portanto, uma necessidade para a própria manutenção do modelo de Estado monárquico centralizado.

O Estado monárquico temia o surgimento de uma poderosa e bem-sucedida república no Sul, construída e liderada por Buenos Aires, na medida em que esta poderia incentivar, por seu sucesso, movimentos republicanos dentro do Brasil. Ao Império, a melhor garantia de que o vizinho argentino não se tornaria uma ameaça concreta estava na existência do Paraguai e Uruguai como Estados independentes e, ainda, com governos livres da influência de Buenos Aires. A existência desses dois Estados era, também, a segurança de que os rios platinos não seriam nacionalizados pela Argentina, fato que seria uma ameaça à sua livre navegação. Tal liberdade era essencial ao Rio de Janeiro para ter acesso, por via flu-

5 BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *O Expansionismo Brasileiro*, p. 71.

6 Idem, *ibidem*, p. 115.

7 Idem.

vial, a Mato Grosso, única forma de contato regular com essa província.

Nesse contexto, o fim da Farroupilha era fundamental e, para obtê-lo, o Governo imperial enviou Caxias para o Rio Grande do Sul, em 1841, para presidir a província e comandar as forças legalistas. Ele teve a favorecê-lo as discórdias que grassavam nos altos círculos do governo rebelde, mas a luta de guerrilha dos farroupilhas impedia uma vitória decisiva das tropas imperiais. Os farroupilhas haviam resistido anteriormente a iniciativas pacificadoras do Governo imperial, mas já sem chances de vitória, resistiam para arrancar concessões do poder central, como a anistia, vantagens financeiras e a dispensa do serviço da Guarda Nacional.⁸

Essas concessões foram obtidas em 1º de março de 1845, quando Caxias e o General farroupilha Canabarro assinaram a paz. Por ela os revoltosos foram anistiados e incorporados às forças imperiais, com a mesma patente que ostentavam no exército rebelde. Além disso, as dívidas contraídas pela República que findava passaram à responsabilidade do Governo imperial.

Terminada a Farroupilha, obtida a unidade interna, o Império voltou-se para o Prata. O novo Ministro dos Negócios Estrangeiros, que assumira o cargo em 1849, Paulino José Soares de Souza, futuro Visconde do Uruguai, elaborou uma estratégia para isolar e derrubar Rosas e tornar o Brasil hegemônico em relação a seus vizinhos. Esse chanceler procurou construir uma política para o Prata que se contrapusesse ao recuo da Inglaterra e da França frente ao lí-

der da Confederação, agora mais fortalecido ainda com as relações amigáveis que essas potências passaram a ter consigo.⁹

Para reverter esse quadro, Paulino de Souza tratou de apoiar financeiramente os *colorados* no Uruguai e aproximou-se de setores que, na Confederação Argentina, se opunham a Rosas, além de assinar uma aliança com o Paraguai em 1850. Com os *colorados* o Império assumiu, secretamente, o compromisso de fornecer empréstimos mensais, utilizando-se para tanto do banqueiro Irineu Evangelista de Sousa, futuro Barão de Mauá. Pelo tratado secreto de 6 de dezembro de 1850, assinado no Rio de Janeiro por Andrés Lamas e por Irineu Evangelista de Sousa, o referido Governo teve garantido o recebimento de 18 mil pesos mensais a juros anuais de 6% até agosto de 1851.¹⁰

A situação interna da Confederação favoreceu o Império. Rosas buscou ampliar o controle sobre as províncias do rico litoral fluvial, prejudicando a economia de Entre Rios, cujo Governador, Justo José Urquiza, baixou decreto, em 1º de maio de 1851, reassumindo o exercício das atribuições delegadas a Rosas de representação externa das províncias argentinas. Urquiza assinou uma aliança com o Brasil, na qual foram aceitas as condições determinadas por Paulino de Souza. Essas eram no sentido de um rompimento público de Urquiza com Rosas; a garantia por parte do governador entrerriano das independências do Paraguai e do Uruguai e, ainda, a retirada das tropas argenti-

9 BESOUCHET, Lidia. *Mauá e seu Tempo*, p. 52.

10 MAUÁ, Visconde de, *Exposição aos Credores de Mauá & C. e Ao Público* in GANNIS, Cláudio, *Visconde de Mauá: Autobiografia*, p. 122-123.

8 LEITMAN, Spencer, op. cit., p. 45-46.
BANDEIRA, Luiz A. Moniz, op. cit., p.114.

nas de território oriental, bem como a manutenção do *colorado* Eugenio Garzón na Presidência do Estado uruguaio.¹¹

A aliança ofensiva e defensiva entre os governos do Império, de Montevideu e de Entre Rios foi assinada em 29 de maio de 1851. O objetivo declarado da aliança era o de manter a independência e promover a pacificação do Uruguai por meio da expulsão, de seu território, de Oribe e das tropas de Buenos Aires que o apoiavam. Ficou estabelecido que se a realização desse objetivo tivesse como obstáculo o governo de Rosas, a aliança voltar-se-ia, automaticamente, contra ele. As operações militares foram iniciadas por Urquiza, ao entrar com suas forças em território uruguaio em 8 de julho de 1851, enquanto o General Garzón atacava as tropas avançadas de Oribe, localizadas próximas da capital oriental.

Do lado brasileiro, Caxias era o comandante-em-chefe da tropa de 16.200 homens, além de presidente do Rio Grande do Sul. Repetia-se a bem-sucedida experiência, no combate à Revolta da Farroupilha, de concentrar em uma só pessoa o poder político regional e a liderança militar. O plano era de o Uruguai sofrer bloqueio naval da Marinha brasileira, enquanto as forças imperiais invadiriam o país, em ação coordenada com as tropas comandadas por Urquiza. Caxias, porém, não confiava no caudilho entrerriano e temia eventual falta de uma ação coordenada entre as tropas brasileiras, as argentinas e as dos *colorados* uruguaio, comandadas pelo General Garzón. Para evitar a falta de harmonia en-

tre essas forças, o comandante-em-chefe enviou o Coronel Osório para combinar as operações com Urquiza. Escreveu Caxias em suas instruções:

O Sr. Ten. Cel. Osório deverá ter muito em consideração que o plano de operações de campanha deve ser feito de modo que, quando se mover o nosso Exército para invadir o Estado Oriental, não reste dúvida do movimento das forças dos demais aliados, no mesmo sentido, de forma que não possam recuar e deixar as forças imperiais comprometidas.¹²

A invasão se deu de forma coordenada, porém Urquiza, que se encontrava mais próximo das forças de Oribe, aceitou negociar com este a rendição. O líder entrerriano não esperou a chegada das forças brasileiras e nem consultou Caxias sobre as condições da paz. Tudo indica que Urquiza não desejava a participação do Império nessa negociação, embora ela só tenha sido aceita por Oribe devido à iminência de ser atacado por tropas brasileiras. Tratando diretamente com o caudilho entrerriano, Oribe pôde capitular, em 8 de outubro de 1851, sem perder a liberdade, refugiando-se, doente, em sua propriedade rural.¹³

Rosas havia declarado guerra ao Brasil em 18 de agosto. Dois meses depois, em 21 de novembro, ainda de 1851, foi assinado novo tratado de aliança entre o Império, o Governo uruguaio e as províncias de Entre Ríos e Corrientes. Declarava-se que a finalidade da aliança era a de fazer guerra a Rosas, ressaltando-se que não era combatida a Confederação, mas, sim, seu go-

11 SOARES DE SOUZA, José Antônio. *O Brasil e o Rio da Prata*, p. 238-240.

12 CARVALHO, Affonso de. *Caxias*, p. 181.

13 Idem, *ibidem*, p. 191-193.

verno; ficou determinado que os gastos seriam financiados pelo Império.

As forças de Caxias marcharam para o sul e acamparam na Colônia do Sacramento. A esquadra imperial transportou a infantaria uruguaia e a artilharia enterrerriana para que pudessem se juntar a Urquiza em Diamante, ponto de concentração do Exército aliado. De Sacramento marchou para Diamante a divisão brasileira sob o comando do Brigadeiro Manoel Marques de Souza. O plano aliado era o de atacar Rosas pela margem direita do Rio Paraná, enquanto Caxias permaneceria de prontidão em Sacramento, com a maior parte das forças brasileiras, e, se houvesse necessidade, atacaria Buenos Aires em ação coordenada com a esquadra imperial. Na passagem de Toneleros, a bordo do navio capitânea *D. Afonso*, ao lado do Almirante Greenfell, encontravam-se o General Marques de Souza, Bartolomeu Mitre, Wenceslao Paunero e Domingo Sarmiento; os três primeiros iriam reencontrar-se uma década mais tarde, novamente como aliados, lutando contra o Paraguai de Solano López.¹⁴

Rosas foi batido na batalha de Monte Caseros, localidade próxima a Buenos Aires. O ditador refugiou-se em um navio britânico, que estava no porto, e exilou-se na Inglaterra. As tropas brasileiras marcharam nas ruas de Buenos Aires, sob ovação dos anti-rosistas, e o Conde de Caxias foi recebido com honras militares por ordem de Urquiza. Ao retornar ao Brasil, Caxias foi promovido a tenente-general e recebeu o título de Marquês.

¹⁴ Idem, p. 203.

A partir da queda de Rosas, o Império exerceu sua hegemonia no Prata, impondo seus objetivos aos países da região. Esses objetivos foram atingidos totalmente com o Uruguai pelos tratados de 1851, que praticamente criaram um protetorado brasileiro sobre o país, enquanto com a Confederação Argentina não se conseguiram definir os limites. Apesar disso, a Confederação não criou obstáculos à influência da diplomacia imperial na região platina.

TENSÃO NO PRATA

Com o surgimento do Estado argentino centralizado em 1862, após a vitória militar de Bartolomeu Mitre sobre Justo José Urquiza, a oposição federal, para se contrapor a ele, estreitou relações com os *blancos* no país oriental e com o Governo paraguaio. Em abril de 1863, o caudilho *colorado* Venancio Flores invadiu o Uruguai com tropas organizadas em Buenos Aires e com o beneplácito do Governo argentino, para derrubar o governo *blanco* do Presidente Bernardo Berro (1860-1864).¹⁵

A situação política no Uruguai catalisou as divergências platinas. As províncias de Entre Ríos e Corrientes utilizavam o porto de Montevideu como alternativa ao de Buenos Aires para suas exportações. Desse modo, a República uruguaia estabeleceu relações com a resistência federalista a Mitre, encabeçada por Urquiza, o qual, por sua vez, também as mantinha com o chefe de Estado paraguaio, Francisco Solano López. O Paraguai passava, então, pela

¹⁵ BURTON, Richard Francis. *Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai*, p. 157.

modernização de atividades ligadas basicamente à defesa, importando, com essa finalidade, tecnologia e técnicos estrangeiros, principalmente britânicos. Para financiar a continuidade dessa modernização era necessário ampliar as exportações guaranis, o que contribuiu para o Paraguai romper sua política de abstenção dos assuntos platinos, pois necessitava de uma saída segura para o mar, que parecia ser o porto de Montevideú.

No Uruguai, por outro lado, o Presidente Berro recusou-se a renovar, em 1861, o Tratado de Comércio e Navegação assinado em 1851 com o Brasil. O Governo *blanco* eliminou, assim, os privilégios comerciais do Império e atingiu os interesses de estancieiros gaúchos, produtores de charque, ao instituir imposto sobre as exportações de gado em pé para o Rio Grande do Sul.¹⁶ Esses pecuaristas contituíam-se, há duas décadas, em “grupo de pressão” sobre a política externa brasileira no Prata. Conseguiram que seus interesses específicos fossem adotados pelo Governo imperial, transformando-os em objetivos da política brasileira em relação ao Uruguai.

O Presidente Berro indis pôs-se, desse modo, tanto com a Argentina quanto com o Brasil. Ciente do risco que corria, o Governo uruguaio buscou apoio do Paraguai, cuja política externa parecia estruturada no sentido de enfrentar as pressões tanto do Rio de Janeiro quanto de Buenos Aires.

Nessa nova realidade, o Paraguai alertou à Argentina que seu respaldo aos *colorados* de Flores, na guerra civil uruguaia, teria efeito “desastroso” sobre os interes-

ses paraguaios.¹⁷ O Governo argentino, contudo, não se preocupou, pois acusado oficialmente pelo Uruguai de ser o instigador da revolta *colorada* com o fim de anexar o país, deu explicações tranqüilizadoras ao Brasil.¹⁸ No início de 1864, as crescentes tensões nas relações bilaterais levaram ao rompimento das relações diplomáticas entre o Uruguai e a Argentina.

A essa altura, a política externa do Império brasileiro estava desarticulada, em virtude da instabilidade ministerial que se seguiu à ascensão do Partido Liberal ao poder. Enquanto isso, na Câmara brasileira denunciaram-se supostas violências contra súditos do Império cometidas por autoridades uruguaias. Ao mesmo tempo, os pecuaristas gaúchos queixavam-se de desordens na fronteira, reclamavam do governo Berro e buscavam o apoio do Rio de Janeiro. O Governo imperial temia perder o controle da situação, o que ocorreria com os estancieiros gaúchos iniciando ação militar contra Montevideú, por sentirem-se desamparados pelos governantes brasileiros.¹⁹

Em abril de 1864, o Governo imperial enviou José Antônio Saraiva em missão especial ao Uruguai, acompanhado de esquadra comandada pelo Vice-Almirante Tamandaré. Suas instruções eram de exigir do Governo oriental o respeito aos direitos dos

17 Nota do Chanceler paraguaio José Berges a seu colega argentino Rufino de Elizalde, Assunção, 6.9.1863. *Archivo del General Mitre* [doravante:AGM]. Buenos Aires: La Nación, 1910, v. II, p. 41.

18 Rufino de Elizalde para o Ministro Plenipotenciário em Londres, Mariano Balcarce, Buenos Aires, 9.10.1863. *Archivo Rufino de Elizalde – el doctor Rufino de Elizalde y su epoca vista a través de su archivo* [doravante: ARE], v. IV, p. 100.

19 NABUCO, Joaquim. *Nabuco de Araújo: um estadista no Império*, v. II, p. 163.

16 BARRÁN, José Pedro, op. cit., p. 70

brasileiros residentes no país e a punição dos funcionários públicos locais, que teriam abusado de sua autoridade.²⁰ Na realidade, o Rio de Janeiro tratava de criar condições que justificassem a intervenção na vizinha república e ganhar tempo, enquanto organizava e distribuía a força brasileira na fronteira.²¹ Saraiva convenceu-se, porém, de que o Império poderia atingir seus objetivos promovendo a paz interna no Estado oriental e obtendo a reestruturação do Governo uruguaio, com o afastamento daqueles que se opunham aos interesses brasileiros.²²

O Governo uruguaio não se deixou intimidar e o Presidente Atanásio Aguirre, sucessor de Bernardo Berro, buscou ajuda do Paraguai enviando, em julho de 1864, Antonio Carreras em missão a Assunção. Confiando no respaldo paraguaio, Aguirre recusou-se a substituir os ministros *blancos* por políticos *colorados*. Saraiva apresentou, então, um ultimato ao Governo uruguaio, em agosto, para que fossem punidos os funcionários uruguaios responsáveis por agressões a cidadãos brasileiros, sob pena de tropas imperiais entrarem no Estado oriental para garantir os direitos dos súditos do Império. Saraiva retirou-se para Buenos Aires, onde encontrou-se com Rufino de Elizalde e ambos assinaram um Protocolo declarando que seus governos poderiam agir contra o

de Aguirre, respeitada a integridade e independência do Estado oriental.²³

Aguirre rompeu relações com o Brasil, enquanto o Governo de Assunção protestou contra qualquer ocupação do território uruguaio por forças do Império. Estas, afirmava o protesto, atentariam contra o equilíbrio entre os Estados do Prata, de interesse do Paraguai. O Governo paraguaio alertava não assumir a responsabilidade pelas consequências de qualquer ato de represália brasileiro.²⁴ Em 12 de setembro, em decorrência do ultimato, tropas brasileiras penetraram em território uruguaio. Em 20 de outubro, o Vice-Almirante Tamandaré, que substituíra Saraiva como representante político do Império no Uruguai, assinou o Acordo de Santa Lúcia com Venâncio Flores, estabelecendo a cooperação entre aquele caudilho e as forças brasileiras.

Em 10 de novembro, o vapor brasileiro *Marquês de Olinda* foi aprisionado por canhoneira paraguaia, horas após ter saído de Assunção rumo a Mato Grosso. O Governo guarani entregou, então, uma nota,

23 *Protocolo firmado por el Señor Ministro de Relaciones Exteriores de la República Argentina y el Señor Consejero Don J. Antonio Saraiva, Plenipotenciario de S. M. el Emperador del Brasil en que se consignan las declaraciones que hacen a nombre de sus respectivos Gobiernos de que en cualquier eventualidad que pudiese resultar de sus cuestiones con el Brasil, serán mantenidos los tratados que garanten la independencia, soberanía e integridad territorial de la República Oriental del Uruguay*, Buenos Aires, 22.8.1864. In Centro de Estudios de Derecho Internacional Público, *La política exterior de la República Argentina*. Buenos Aires, Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, 1931, p. 65-66.

24 Nota do Governo paraguaio à Legação brasileira em Assunção, 30.8.1864. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros* [doravante: RRNE], 1865, p. 173-174.

20 Instruções da Missão Confiada em 1864 ao Conselheiro Saraiva, Rio de Janeiro, 20.4.1864. In: LOBO, Hélio, *Antes da guerra (a Missão Saraiva ou os preliminares do conflito com o Paraguai)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1914, p. 292-294.

21 Saraiva para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Montevidéu, 14.5.1864. Idem, ibidem, p. 305.

22 Idem, p. 299-300.

datada do dia anterior, rompendo relações com o Império.²⁵ No mês seguinte, em 23 de dezembro, tropas paraguaias invadiram o Mato Grosso. Solano López planejava bater as forças brasileiras que estavam operando no Uruguai e obrigar o Império a assinar a paz²⁶ em condições favoráveis ao Paraguai.

Caxias, o general brasileiro mais graduado e senador pelo Partido Conservador, apresentou seu plano para enfrentar essa emergência. Previa a organização de um exército de 50 mil homens, sendo 35 mil de infantaria, 10 mil de cavalaria e 5 mil de artilharia. A invasão do Paraguai seria feita por 45 mil soldados, permanecendo outros 5 mil como reserva no Rio de Janeiro e em Santa Catarina. Seriam três as colunas invasoras: a primeira, de 25 mil homens, em ação combinada com a Marinha imperial, entraria em território paraguaio pelo Passo da Pátria, no Rio Paraná, quase confluência com o Paraguai – seus objetivos seriam anular a fortaleza de Humaitá e, em seguida, ocupar Assunção. A segunda coluna, de 10 mil soldados, agiria no Mato Grosso, em Miranda, protegendo a cavalaria e o gado aí existentes e distraíndo a atenção do inimigo, para levá-lo a transferir tropas para o norte, facilitaria o ataque a Humaitá. A terceira coluna, com outros 10 mil homens, organizados no Rio Grande do Sul, agiria no ponto mais próximo do Paraguai, em São Borja, para, ao mesmo tempo, impedir a concentração de tropas inimigas em Humaitá e evitar que fosse cortada a retirada da

força brasileira que atacaria pelo Passo da Pátria, caso malograsse esta ação.²⁷

O plano pecava pelo fato de o território entre São Borja e o Paraguai estar sob soberania da Argentina, país formalmente neutro, embora fosse reivindicado por Assunção. Talvez Caxias considerasse vigorar acordo assinado entre o Império e a Confederação Argentina, em 1857, que garantia o livre trânsito de tropas brasileiras por território argentino, em caso de guerra entre o Brasil e o Paraguai. A situação interna argentina, porém, não permitiria que Mitre reconhecesse, naquelas circunstâncias, a vigência desse acordo.²⁸ Os planos de Solano López começaram a se inviabilizar quando, ao terminar o mandato presidencial de Anastácio Aguirre, sucedeu-o Tomás Villalba. Este assinou, em fevereiro de 1865, o Protocolo de Paz de Villa Unión, resultado da diplomacia imperial, pelo qual Flores assumiu a presidência do Uruguai.²⁹

Apesar da rendição de Montevideu e a tomada do poder no Uruguai pelos *colorados*, Solano López manteve a decisão de atacar o Rio Grande do Sul. Para tanto, pediu permissão ao Governo argentino para passar por território argentino, com as tropas que marchariam sobre essa província brasileira. Pretextando neutralidade, o Pre-

25 Nota do Governo paraguaio à Legação brasileira, Assunção, 12.11.1864. Idem, 1865, p. 180.

26 Apud. SAGASTUME, José, in: LOBO, Hélio, op. cit., p. 276.

27 Comentário de SOUSA DOCCA, E. F. in GAY, João Pedro, Cônego, *Invasão Paraguaia na Fronteira Brasileira do Uruguai*, p. 176-177.

MARTINS, Hélio Leôncio, Vice-Almirante. *A Estratégia Naval Brasileira na Guerra do Paraguai (com algumas observações sobre suas ações táticas e o apoio logístico)*, p.60.

28 Solano López para o General Resquin, Humaitá, 10.8.1865, às 23:30 horas. Archivo Nacional de Asunción, v. 343, n. 43.

29 Protocolo de Negociação da Paz celebrada em Villa de União, em 20.2.1865. RRNE, 1865, p. 157.

sidente Mitre negou a autorização e, como consequência, Corrientes foi invadida por tropas paraguaias em 13 de abril de 1865.

Solano López fez o jogo de Mitre, que buscava, desde o ano anterior, estabelecer uma aliança estratégica com o Império, para estabilizar politicamente a região e, assim, retirar um eventual apoio externo para a oposição federalista.³⁰ O Tratado da Tríplice Aliança contra o Paraguai, assinado em Buenos Aires em 1º de maio de 1865, entre Argentina, Brasil e Uruguai, resultou do erro político-militar de Solano López de invadir Corrientes. Na perspectiva do setor do liberalismo argentino que ocupava o poder, essa Tríplice Aliança não deveria se esgotar ao atingir seus fins militares. Vencido o Paraguai, pensava o Chanceler argentino Rufino de Elizalde, a Argentina e o Brasil deveriam estabelecer convênios complementares, que desenvolvessem a aliança estabelecida em 1º de maio de 1865. O objetivo maior era *que hagamos una alianza perpétua, basada en la justicia i en la razón que ha de ser bendecida por nuestros hijos*.³¹

CAXIAS E A GUERRA DO PARAGUAI

Os paraguaios que invadiram o Rio Grande do Sul, em junho de 1865, encontraram pouca resistência, mas, ao entrarem em Uruguaiana, acabaram cercados. Devido à desorganização militar e política no Rio Grande do Sul, comprometedor da resis-

tência contra os invasores, D. Pedro II dirigiu-se a essa província, tendo Caxias como membro da sua comitiva.

Durante o cerco aliado a Uruguaiana, Caxias recusou convite para comandar as tropas brasileiras na guerra, feito pelo então presidente do Conselho de Ministros, Conselheiro Furtado. A recusa decorreu da inimizade existente entre ele e o Ministro da Guerra, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Barão de Uruguaiana.³²

A invasão paraguaia foi contida, com a derrota dos navios paraguaios na batalha do Riachuelo, com a rendição dos invasores paraguaios em Uruguaiana, e com a contenção, em Corrientes, da coluna invasora do General Wenceslao Robles, a qual retornou ao Paraguai em novembro de 1865. A dinâmica da guerra se inverteu quando as tropas aliadas invadiram o Paraguai, em abril de 1866, no Passo da Pátria. O plano aliado era o de destruir o sistema defensivo paraguaio, que tinha como epicentro a poderosa fortaleza de Humaitá, que controlava a navegação do Rio Paraguai, e, assim, abrir o caminho fluvial para ocupar Assunção, capital inimiga. Contudo, os aliados desconheciam o terreno, pois não havia mapas do interior do país, como consequência dos anos de seu isolamento em relação ao exterior. A região em torno de Humaitá caracterizava-se por pântanos, lagos, riachos, povoados por animais peçonhentos, em meio a densa, quase impenetrável, vegetação, cortada por poucos caminhos secos, de conhecimento unicamente dos paraguaios. Desse modo, as condi-

30 Ver DORATIOTO, Francisco. *De Aliados a Rivais: o fracasso da primeira cooperação entre Brasil e Argentina (1865-1876)*.

31 Elizalde para José Maria da Silva Paranhos, Buenos Aires, 25.2.1866. AMRECEC, *Guerra d la Triple Alianza*. Caixa 1, fl. 30.

32 JACEGUAY, Barão de. *Reminiscencias da Guerra do Paraguay*, p. 295.

ções naturais impediram o avanço aliado, embora a familiaridade com ela não tenha garantido sucesso aos paraguaios, conforme comprova a grave derrota que sofreram ao atacar, em maio de 1866, o acampamento em Tuiuti.

Às dificuldades do terreno e ao sistema defensivo paraguaio somava-se, como obstáculo às operações aliadas, as desavenças entre os três generais comandantes brasileiros e de dois deles com o comandante-em-chefe, Bartolomeu Mitre, presidente licenciado da Argentina. As forças brasileiras eram constituídas pela esquadra, comandada pelo Visconde de Tamandaré, e dois corpos de exército, chefiados pelos generais Conde de Porto Alegre e Polidoro Quintanilha Jordão. Os três tinham a mesma hierarquia, resultando na falta de unidade de comando. Tamandaré e Porto Alegre pertenciam ao Partido Liberal, no poder no Brasil, e não tinham relações harmoniosas com Quintanilha Jordão, membro do Partido Conservador. Ademais, os dois primeiros não confiavam no General Mitre – Polidoro sim –, cujo plano de isolar Humaitá por terra e pelo rio implicava em que a esquadra ultrapassasse a fortaleza, sob o fogo dos seus numerosos canhões. Suspeitavam que o verdadeiro objetivo de Mitre, com esse plano, era o de destruir parte da Marinha imperial para, terminada a guerra, o Brasil estar sem condições de reagir militarmente a um expansionismo argentino no Rio da Prata. Pode-se hoje, após pesquisas em arquivos, afirmar que essas suspeitas eram improcedentes, mas, à época, elas refletiam décadas de rivalidade entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires pelo predomínio no Prata.

O resultado mais impressionante dessas disputas e desconfianças, bem como da falta de coordenação entre os chefes militares aliados, foi a derrota aliada no ataque a Curupaiti, em 22 de setembro de 1866. Os atacantes eram 20 mil, com os efetivos brasileiros e argentinos praticamente se equivalendo, e morreram 4 mil soldados imperiais e outros tantos aliados. Os paraguaios perderam apenas 54 soldados.

Essa derrota teve grandes repercussões. A idéia de paz com Solano López se robusteceu na Argentina, embora Mitre a rejeitasse e, no Brasil, aumentou a desconfiança quanto ao resultado do conflito e, principalmente, tornou-se mais difícil obter efetivos para ir para o Paraguai, quer como voluntários, quer como convocados por sorteio. No plano militar, após Curupaiti, o relacionamento entre Tamandaré e o comandante-em-chefe argentino ficou ainda mais abalado, pondo em risco a própria condução da guerra.

Para pôr fim às discórdias existentes entre os generais brasileiros e unificar o comando, decreto do Governo imperial de 10 de outubro de 1866 nomeou o Marquês de Caxias para o cargo de comandante-em-chefe das forças brasileiras no Paraguai. O reconhecimento da necessidade de unificar o comando das forças brasileiras no Paraguai, bem como a escolha de Caxias para comandá-las, só foi possível graças à postura do chefe de governo, Zacarias de Góes e Vasconcelos. Este, um liberal “progressista”, colocou as necessidades da guerra acima da questão partidária e convidou Caxias para comandar as forças brasileiras no conflito. Para que o convite fosse acei-

to, Zacarias afastou Silva Ferraz do Ministério da Guerra, substituindo-o por João Lustosa da Cunha, Marquês de Paranaguá. Também foi demitido o presidente do Rio Grande do Sul, Pereira da Cunha, que era adversário não só de Caxias, como também de Osório. Este, embora liberal, gozava da simpatia pessoal e respeito militar do futuro comandante-em-chefe, que o encarregou de constituir o Terceiro Corpo de Exército, para ser enviado ao Paraguai, recompondo o poder ofensivo do Exército brasileiro no teatro de operações.³³

Caxias encontrou as tropas brasileiras no Paraguai em condições precárias. A maior parte da cavalaria estava a pé, pois os animais tinham morrido após comer vegetação imprópria, arrancada dos campos alagados. Sob o comando de Caxias começou-se a repor os animais perdidos e dar-lhes alfafa e milho, a alto custo, pois dependia-se de comerciantes – os “fornecedores” – que traziam a forragem da Argentina. Os dois corpos de exército imperiais no teatro de operações eram totalmente diferentes um do outro, parecendo pertencer a dois países, pois tinham contabilidade, critérios de promoção e de pagamento próprios. Foi necessário reorganizar tudo, de modo a economizar dinheiro, treinar e disciplinar a tropa, tornando-a combativa. Nessas tarefas, afirmou Caxias no Senado, em julho de 1870, passaram-se 14 meses.

Temia o comandante-em-chefe brasileiro que Mitre suspendesse as operações em decorrência de eventual paz em separado da

Argentina com o Paraguai, ou, então, viesse a retirar-se com o Exército argentino, em virtude de alguma revolta contra Buenos Aires, pois continuavam as dificuldades internas na República aliada. Para essa eventualidade, Caxias tinha ordens de prosseguir as operações militares somente com as forças brasileiras, “para conseguirmos o que nossa honra exige, ou a derrota de López numa batalha ou seu rendimento sem condições”. Mitre, por sua vez, leal aliado do Império, contentou-se com a chegada de Caxias, que “era o meu candidato para o comando e o era no modo e forma em que foi nomeado”.

Mitre manteve seu plano de cercar Humaitá e insistiu junto a Caxias para que a esquadra tentasse passar pela fortaleza, de modo a isolá-la. Argumentou ser esse o principal objetivo militar a ser alcançado, para viabilizar a ocupação da capital inimiga. Caxias respondeu que o Tratado da Tríplice Aliança não dava ao general argentino o comando da força naval e que a ultrapassagem de Humaitá teria sido feita, se fosse humanamente possível. Mitre foi surpreendido pois, pelo Tratado da Tríplice Aliança, era o responsável pela direção da guerra em território inimigo, e pensava ter a esquadra sob seu comando quanto às operações a se fazer para pôr fim à guerra.³⁴ O fato é que também Caxias desconfiava que, ao insistir para que a esquadra forçasse a passagem de Humaitá, o presidente argentino buscava destruí-la, para eliminar o elemento de preponderância do Império no Prata.³⁵

33 Zacarias, Sessão do Senado, 8.6.1868. *Anais do Senado*, 1868, v. II, p. 114.

TASSO FRAGOSO, Augusto. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, v. III, p. 192-193.

34 Mitre para Marcelino Ugarte, Tuiú-Cuê, 5.1.1868. *Archivo Inédito del General Mitre*, doc. 5785.

35 Caxias para o Ministro da Guerra, ofício reservado, Tuiú-Cuê, 11.9.1867. Arquivo Nacional [doravante: AN], *Guerra do Paraguai*, caixa 811, pacote 1.

Em dezembro de 1867, morreu o Vice-Presidente argentino Marcos Paz, obrigando Bartolomeu Mitre a retirar-se do Paraguai, em 14 de janeiro de 1868, para reassumir a Presidência do seu país, passando o comando-em-chefe das forças aliadas para o Marquês de Caxias. No mês seguinte, Humaitá foi ultrapassada pela esquadra brasileira, submetendo a fortaleza a cerco terrestre e naval, o que não impediu que dela se retirasse Solano López, acompanhado da maior parte dos seus defensores. Humaitá foi totalmente evacuada pelos paraguaios em julho de 1868, quase simultaneamente à queda, no Brasil, do governo liberal e à ascensão do Partido Conservador ao poder.

Caxias, ao ter no Governo imperial seus companheiros de partido, externou francamente suas opiniões quanto à guerra. Assim, em agosto de 1868, escreveu ao Barão de Muritiba, Ministro da Guerra, que ao inimigo só restava refugiar-se no interior do país, obrigando o Exército imperial a persegui-lo, o que custaria ao Brasil mais perdas humanas e gastos financeiros. Caxias considerava que as “injúrias” de Solano López contra os aliados já haviam sido vingadas, apontando para as grandes perdas paraguaias como prova de sua asserção. Como conseqüência, propunha que se negociasse a paz.³⁶

Essa proposta refletia uma avaliação pragmática da situação militar, pois o Paraguai, após a ocupação de Humaitá, deixara de constituir uma ameaça militar para o Im-

pério. D. Pedro II respondeu, porém, que a guerra devia prosseguir, terminando somente com a expulsão de Solano López do Paraguai.³⁷ Ambos tinham razão: Caxias do ponto de vista militar e o Imperador no aspecto político. O final da guerra, sem a derrota completa de Solano López, poderia estimular outros países a ações militares contra o Império, que tinha suas fronteiras apenas parcialmente demarcadas. Ademais, a própria Monarquia ficaria abalada se, após três anos de guerra, com enorme custo humano e financeiro, não conseguisse terminar vitoriosamente o conflito.

Caxias continuou, disciplinadamente, a guerra. Solano López montou outro sistema defensivo, nos moldes de Humaitá, de modo a impor ao Exército aliado, novamente, a desgastante guerra de trincheiras. Assim, construiu uma posição fortificada em Angostura, às margens do Rio Paraguai, entre Humaitá e Assunção, de modo a dificultar a ação da esquadra brasileira. Trincheiras foram construídas nas adjacências, para enfrentar a tropa aliada que deveria vir do sul e, ainda, proteger o quartel-general de Solano López, localizado na retaguarda, em Itá-Ivaté, uma das Lomas Valentinas. Caxias, porém, não se deixou aprisionar pela lógica do inimigo, ao contrário, surpreendeu-o com a estratégia de atacá-lo pela retaguarda. Com esse objetivo, ordenou a construção, no território pantanoso do Chaco, na margem do Rio Paraguai oposta às fortificações inimigas, de uma estrada feita com troncos de madeira.

O Chaco parecia intransponível para a passagem de um exército que levasse con-

36 Caxias para o Barão de Muritiba, ofício confidencial, “Paré-cué, em frente a Humaitá”, 14.8.1868. AN, códice 924 (*Reservadas e Confidenciais – Correspondência do Comandante-em-Chefe*), v. 4, p. 131-134.

37 Idem, *ibidem*.

sigo armas pesadas, animais de tração, cavalos e suprimentos. Por esse motivo, Solano López não construiu posições defensivas nesse território. Em 3 de dezembro, o Exército brasileiro foi desembarcado, pela Marinha, no Chaco e marchou, dia e noite, sob chuva, durante quarenta e oito horas, em meio ao lodo, charcos e matagais. No dia 5, foram reembarcadas nos navios brasileiros, que transportou quase 20 mil homens até San Antonio, na retaguarda paraguaia.

Seguiram-se então as grandes batalhas de dezembro de 1868, a chamada “dezembrada”, que destruiu o poder militar paraguaio e custou pesadas baixas ao Exército brasileiro. Essas batalhas se deram na ponte de Itororó, no dia 6; próximo ao riacho de Avaí, em 11 e, entre os dias 21 e 27, em Lomas Valentinas. Angostura, última posição fortificada paraguaia à retaguarda aliada, se rendeu em 30 de dezembro de 1868. Em Lomas Valentinas, Solano López conseguiu escapar no dia 27, acompanhado de alguns poucos homens. Estava aberto o caminho para a ocupação de Assunção, o que foi feito por 1.700 homens, sob o comando do Coronel Hermes da Fonseca, transportados em navios de guerra. Em 1º de janeiro de 1869, eles desembarcaram na capital praticamente deserta, pois fora evacuada por ordem de Solano López.

A ocupação da capital não era, afinal de contas, o objetivo da guerra. Ele era, de acordo com o Tratado da Tríplice Aliança, tirar do poder Solano López e expulsá-lo do Paraguai. O Exército aliado encontrava-se exaurido após a “dezembrada” e falhou ao não enviar uma forte vanguarda atrás do ditador paraguaio. Este pôde refugiar-

se nos montes do interior, na cordilheira, região de difícil acesso às tropas aliadas, por estar distante das vias fluviais. Solano López conseguiu mobilizar velhos e adolescentes que, juntamente com o que restara de tropa experiente, compuseram um precário exército.

Na manhã do dia 17 de janeiro, Caxias desmaiou enquanto assistia missa na catedral de Assunção, sob sufocante calor, penanecendo meia hora sem sentidos. Atendendo a conselho do seu médico para se retirar, devido ao clima paraguaio, o comandante brasileiro partiu para Montevidéu, no dia 19, para esperar a resposta do Governo imperial “a respeito da demissão que pedi”, passando, pela Ordem do Dia número 273, o comando para o General Guilherme Xavier de Souza.³⁸

O desmaio e a retirada de Caxias do Paraguai eram consequência de um longo processo de desgaste físico e psicológico. O Marquês estava cansado da guerra em cuja continuidade não via motivo. Além disso, passava pelos sofrimentos físicos de um quase septuagenário que, estoicamente, enfrentava os rigores do clima paraguaio. Encontrava-se abalado psicologicamente com a carnificina dos combates de dezembro e com a baixa combatividade das tropas brasileiras.³⁹ No dia 24 de janeiro, Caxias chegou a Montevidéu tão abatido que, do curto espaço do desembarque até o hotel mais próximo, deslocou-se nos braços do

38 Caxias para Muritiba, Montevidéu, 24.1.1869. AN, cód. 924, v. 5.

Ordem do Dia n. 273, Assunção, 18.1.1869, in *Exército em Operações...*, v. 4, p. 389.

39 Paranhos para Muritiba, particular n. 1, reservada, Assunção, 27.2.1869. AN, caixa 805, pacote 1.

Senador Silveira da Motta, que lá se encontrava, e do Barão de Mauá.⁴⁰

De volta ao Brasil, Caxias recebeu honrarias inéditas a qualquer outro brasileiro: o título de Duque e o Grão-Colar da Ordem de D. Pedro I. Além de uma homenagem pessoal ao militar – era, afinal, o “homem que mais pelejara pela integridade do Brasil” e que gozava de “imensa moral” no Exército⁴¹ –, tais honrarias eram um forma de valorizar, perante o país, a luta no Paraguai, por meio do ex-comandante brasileiro na guerra.

Caxias foi comandante competente, bem-sucedido, embora também tenha cometido equívocos. Sua coragem também é destacada por diferentes testemunhos de época, estando ao alcance do fogo inimigo em diferentes ocasiões, e mesmo colocando em risco a própria vida, como ocorreu ao comandar uma carga sobre a ponte de

Itororó. Se algumas das críticas, feitas à época, ao comando do Duque no Paraguai tinham origem em aspectos estritamente militares, a maior parte delas tinha motivação política, feitas pelos liberais, ou, então, causadas por inveja pessoal.⁴²

Na reflexão de Dionísio Cerqueira, na guerra “vence o que menos erra”.⁴³ Caxias jamais perdeu uma campanha e seus erros foram menores do que os do comando inimigo. No Paraguai, mais do que em qualquer de suas atuações anteriores no Prata, Caxias transcendeu suas limitações, impôs-se grandes sacrifícios pessoais e incorporou em si a responsabilidade de cumprir o objetivo do Estado monárquico de destruir Solano López, de modo a eliminar definitivamente o agressor, para que não voltasse a ser ameaça ao Império.



FONTES

A) PRIMÁRIAS

1 – Manuscritas

Archivo Inédito del General Mitre – Museo Mitre, Argentina.

Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Exterior y Culto, Argentina.

Archivo Nacional de Asunción, Paraguai.

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.

2 – Impressas

Archivo del General Mitre, Buenos Aires: La Nación, 1910, v. II.

Archivo Rufino de Elizalde – el doctor Rufino de Elizalde y su época vista a través de su archivo, Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 1974.

40 Paranhos para Cotegipe, particular, Montevideu, 7.2.1869. Arquivo do Barão de Cotegipe, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 920, pasta 133.

41 TAUNAY, Visconde de. *Memórias*, p.299.

42 SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*, p. 69.

43 CERQUEIRA, Evangelista de Castro Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865-1870*, p. 274.

- BURTON, Richard Francis. *Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.
- CERQUEIRA, Evangelista de Castro Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.
- CAXIAS, Luiz Alves de Lima e Silva, General, Duque de. *Exército em Operações na República do Paraguay sob comando-em-chefe de todas as forças de S. Ex. o Sr. Marechal-de-Exército Luiz Alvez de Lima e Silva*. V. 4. Rio de Janeiro: Typographia de Francisco Alvez de Souza, 1877.
- GAY, João Pedro, Cônego. *Invasão Paraguaia na Fronteira Brasileira do Uruguai*. Porto Alegre: IEL; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980.
- IMPÉRIO DO BRASIL. *Anais do Senado*.
 —. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*.
- JACEGUAY, Arthur Silveira da Motta, Almirante, Barão de. *Reminiscencias da Guerra do Paraguay*. Rio de Janeiro: s.n., 1935.
- MAUÁ, Visconde de. Exposição aos credores de Mauá & C. e ao público in GANNS, Claudio. *Visconde de Mauá: autobiografia*.

B) SECUNDÁRIAS

- BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco: 1839-75*. Montevideu: Ediciones de La Banda Oriental, 1982.
- BESOUCHET, Lidia. *Mauá e seu tempo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1978.
- CARVALHO, Affonso de. *Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1976.
- CENTRO DE ESTUDIOS DE DERECHO INTERNACIONAL PÚBLICO. *La política exterior de la República Argentina*. Buenos Aires: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, 1931.
- DORATIOTO, Francisco. De aliados a rivais: o fracasso da primeira cooperação entre Brasil e Argentina (1865-1876). In: *Múltipla*. Brasília: UPIS, ano 4, v. 4, n. 6, p. 21-40, jul./1999.
- KAPLAN, Marcos T. *Formação do Estado Nacional*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- LEITMAN, Spencer. *Raízes Socioeconômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MARTINS, Hélio Leôncio, Vice-Almirante. A estratégia naval brasileira na Guerra do Paraguai (com algumas observações sobre suas ações táticas e o apoio logístico). In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, v. 117, n. 7/9, jul./set. 1997.
- NABUCO, Joaquim. *Nabuco de Araújo – Um estadista no Império*. São Paulo: Progresso, v. II, 1946.
- SCHULZ, John. O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894. São Paulo: EDUSP, 1994.
- SOARES DE SOUSA, José Antônio. O Brasil e o Rio da Prata, de 1828 à queda de Rosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1967, t. II, v. 3.
- TASSO FRAGOSO, Augusto, General. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934-1935, 5v.